

Hommes de lettres
et la *Res publica* au Portugal
et au Brésil

Hommes de lettres
et la *Res publica* au Portugal
et au Brésil

Commémorations du Centenaire de la République portugaise

Ouvrage organisé par Claudia Poncioni,
José Manuel Da Costa Esteves, et José da Costa

Ouvrage publié grâce au concours des universités
Rennes 2- Haute Bretagne (ERIMIT),
Paris Ouest Nanterre la Défense (CRILUS),
et de l'Institut Camões - Instituto da Cooperação e da Língua



Michel Houdiard Éditeur

Ouvrage publié grâce au concours
de l'Université Rennes 2- Haute Bretagne,
de l'université Paris Ouest Nanterre la Défense
et de l'Institut Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Mise en pages
Michel Le Stum : www.clin-doeil.com

© MICHEL HOUDIARD ÉDITEUR, 2013
11, rue Monticelli, 75014 Paris,
1^{re} édition.
ISBN 978-2-35692-072-0

Ouvrage publié avec le concours de l'Equipe d'Accueil 4327 ERIMIT
- Equipe de Recherche Interlangues (Mémoires, Identités, Territoires) -
de l'Université Rennes 2



I.3. RAUL BRANDÃO : MEMÓRIAS ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA

RAUL BRANDÃO : MEMÓRIAS ENTRE LA MONARCHIE ET LA RÉPUBLIQUE

Maria Teresa Nascimento *

RÉSUMÉ : *En parcourant les trois volumes de Memórias de Raul Brandão, nous suivons le narrateur dans les moments les plus marquants de la fin de la Monarchie et de la période agitée de la Première République. Nous y découvrons un ensemble important de figures paradigmatiques de la scène politique et intellectuelle portugaise. À partir de ces Mémoires, nous nous proposons d'analyser les différentes configurations des mémoires chez Raul Brandão, caractérisées par une polyphonie de voix et de registres qui font du texte un vaste réseau de citations.*

MOTS-CLEFS : *Memórias de Raul Brandão, polyphonie, République*

A comemoração do centenário da implantação da República, acto simbólico de revitalização da memória colectiva faz-se pela evocação dos seus actores, que desde cedo vinham preparando ou ansiando o final da Monarquia na qual já não se reviam.

Reler as *Memórias* de Raul Brandão constitui seguramente um exercício de celebração deste tempo de antecipação, de instabilidade e de amadurecimento dos ideais republicanos.

“ Só conservo a memória intacta de dois ou três rápidos minutos. Esses, sim! Teimam, reluzem lá no fundo e inebriam-me, como um pouco de água fria embacia o copo ” (Brandão, 1998 : 32) – afirma Raul Brandão no prefácio ao primeiro volume, a partir do qual percebemos a identificação entre o sujeito da enunciação e o autor empírico, na evocação da infância na Cantareira, foz do Douro. Diz ele ainda : “ Isso que aí fica não são memórias alinhadas. Não têm essa pretensão. São notas, conversas colhidas a esmo, dois traços sobre um acontecimento – e mais nada. ” (Brandão, 1998 : 37). No entanto, o título *Memórias* é desde logo gerador de um horizonte de expectativas no qual destacamos a rememoração como o mecanismo em que

assenta a essencialidade do texto, instituidora de uma relação necessária entre o presente da enunciação e o passado que se faz actual, embora fragmentado e pluralizado.

O objecto da narrativa não é, porém, o sujeito da enunciação, mas o percurso que, com ele, e com as figuras da época, personagens ou referentes, fazemos nos momentos mais marcantes do final da Monarquia, da implantação da República, e dos tempos que se lhe sucederam. Afinal, esta diluição do individual afigura-se como a grande diferença que separa as *Memórias* dos textos de carácter autobiográfico. A representação de Raul Brandão na sua individuação e, conseqüentemente, o registo autobiográfico, são mais raros nas *Memórias*, as quais, se excluirmos o terceiro volume, tendem a um apagamento do sujeito da enunciação. Na verdade, para além do aparelho prefacial, lugar por excelência de afirmação individual na sua expressão lírica, que já era comum aos dois volumes anteriores, encontramos agora, neste último, alguns capítulos marcadamente autobiográficos. “ Há que tempos! ” “ Vida militar ” e “ Na velhice ” são disso exemplos elucidativos.

A reflexão produzida nos últimos anos em torno da escrita do eu, bastante fecunda relativamente ao diário, autobiografia e autoficção não concedeu ainda idêntica atenção ao género memorialístico, que não deixa contudo de aflorar aos textos críticos pela proximidade que com eles detém. Philippe Lejeune, por exemplo, referência inquestionável no que diz respeito à poética da autobiografia, da qual diz ser um “ *récit retrospectif en prose qu'une personne réelle fait de sa propre existence, lorsqu'elle met l'accent sur sa vie individuelle, en particulier sur l'histoire de sa personnalité.* ” (Lejeune, 1996 : 14), há-de referir-se às memórias no elenco dos géneros vizinhos, a par da biografia, do romance pessoal, do auto-retrato, do poema autobiográfico ou do diário íntimo, para afirmar que as primeiras, contrariamente à autobiografia, não centram o relato no sujeito da enunciação.

Constituídas por três volumes publicados, respectivamente, em 1919, 1923 e 1933, as *Memórias* têm um alcance temporal que remonta à infância de Raul Brandão, evocada desde o prefácio, datado de 1915.

Os capítulos oscilam quanto ao número diversificado de textos que os constituem, também estes de extensão dissemelhante. Realçamos a preferência em momentos como os que se avizinham do Regicídio por segmentos discursivos consideravelmente mais curtos. Na verdade, esta opção parece decorrer da necessidade de proceder ao registo de acontecimentos marcados pela fluidez do instantâneo cuja captação se elege em detrimento da análise mais detalhada. Em qualquer circunstância, contudo, é de registar a ausência denexo causal entre as

* Universidade da Madeira, Portugal et Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC).

1 “ Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz da sua própria existência logo que ela coloca a tónica na sua vida individual, em particular na história da sua personalidade. ”

partes, que se sucedem por acumulação, dando tanto mais a ilusão da fragmentariedade quanto menores forem os segmentos discursivos que as compõem.

Também do ponto de vista da organização temporal se denota este carácter heterogéneo. O processo de evocação nem sempre se subordina a critérios de ordem cronológica e consequentemente evenemencial. O recurso à datação é, além do mais, irregular quanto aos seus procedimentos. Na verdade, mesmo nos capítulos em que a transição de um texto para outro fica claramente assinalada pelas sucessivas indicações cronológicas, essa sequência pode ser traída se no momento em que se procede à fixação da memória pela escrita, houver um processo rememorativo com um alcance maior. Ora, se nos textos que expressamente assinalam a sua proveniência relativamente ao diário pessoal, esta questão parece mais ténue, já em outros a memória segue o seu curso, salpicando o mesmo enunciado de referências temporais distintas.

A repetição da temática do Regicídio, tanto no primeiro como no segundo volume das *Memórias*, é a prova de como as matérias parecem obedecer mais à ordenação do registo escrito do que propriamente à cronologia histórica. Naturalmente que em data posterior os dados aduzidos são outros e o tempo transcorrido pode proporcionar um acréscimo de informação.

Retratados, portanto, os momentos impressivos do Regicídio, no primeiro volume, numa relativa coincidência entre o tempo da História e o tempo do Discurso, tenta-se recuperar mais tarde os meandros da conspiração cujo fito inicial era assassinar João Franco. O seu não aparecimento, contrariamente ao esperado, teria alterado os planos iniciais. Em vez da morte do ditador, dá-se a do rei D. Carlos e a do príncipe D. Luís. A conversa preparatória entre Buíça, Afonso Costa e José Ribeiro, citada por um informante que o autor não identifica, esclarece pormenores. Mas o texto que deixa à História o juízo sobre os vivos e os mortos prefere omitir o nome de todos os culpados. De José Maria Alpoim, surge a confissão : “ Só há duas pessoas em Portugal que sabem tudo, eu e outra [...] Só eu e outro sabemos em que casa foi a reunião, quem a presidiu e quem trocou ao Buíça o revólver pela carabina. ” (Brandão, 1999 :160)

O memorialista, sem o mesmo distanciamento que é necessário ao historiador afirma : “ Estou a ver juntarem-se as sombras dispersas... mas é cedo para arrancar figuras do sepulcro. Deixemos em paz os vivos e os mortos – que a História os julgará um dia. ” (Brandão, 1999 :159)

E noutro passo ainda, em 1918 :

Os acontecimentos dos últimos reinados afiguraram-se-me sempre faltos de lógica e de nexos. Estão talvez muito perto de nós ainda : precisam de perspectiva que os coloque nos seus devidos lugares.

Só o historiador poderá criar mais tarde, com documentos e memórias, e certa aparência de verdade, o romance da nossa vida. Nós, por ora não sabemos nada, nem mesmo dar resposta plausível às perguntas que nos obsidiam... Porque foi, por exemplo, morto D. Carlos? (Brandão, 1998 :233)

Pouco tempo depois da implantação da República, o narrador havia penetrado na intimidade do palácio das Necessidades e o seu olhar percorrera as marcas ainda visíveis dos anteriores ocupantes nos seus aposentos privados. As derradeiras leituras de D. Manuel II, pousadas sobre a mesa de cabeceira, as últimas partituras tocadas pela rainha, sua mãe, os pequenos objectos do quotidiano, pormenores da vida íntima deixados ao acaso no desamparo da partida precipitada para o exílio, dois meses depois, ainda se mantinham vivos – “ Outra sala : na *chaise longue* está ainda impresso o corpo da rainha ” (Brandão, 1999 :78) – e oferecem-se ao olhar do memorialista que regista aquilo que passaria despercebido ao do historiador.

O retrato da cena termina com algum desencanto por entre a referência às folhas que naquele mês de Dezembro teimavam em cair ainda no terraço :

Abro outra janela : já não me importa a sala de trono nem esta mescla de vida íntima e de vida devassada por toda a gente. Toda a gente remexeu nas gavetas e nos cofres, leu os papéis e as cartas, toda a gente viu as roupas da rainha e as suas meias com pontos, toda a gente soube que santos D. Manuel tinha à cabeceira e que bentinhos usava ao pescoço. (Brandão, 1999 :80)

A “ vida devassada ” a que se refere o narrador, afinal já o era, mesmo quando o Palácio das Necessidades ou o da Ajuda se fechavam ainda à avidez do olhar dos curiosos durante a Monarquia.

Dignas de registo por se constituírem como gáudio para a população eram as piadas, os ditos chistosos ou as situações menos nobres que envolviam os membros da família real. A gordura de D. Carlos não passa incólume ao olhar do satirista que conta :

Quando o Governo se lembrou de cunhar aquelas moedas das enormes de *dez tostões*, a Casa da Moeda mandou a D. Carlos as primeiras que saíram dos moldes. O rei examinou-as demoradamente, como artista que era. Gabou-lhes o cunho, a nitidez, o peso, o toque. E disse para os seus camaristas : – É pena serem tão grandes!

E logo o marquês de Alvito :

– A engordar dessa maneira, onde queria V. M. que o metessem?

(Brandão, 1999 : 172)

De D. Maria Pia, que atormentava as costureiras nas inúmeras provas de vestidos, fazendo-as estar duas horas de joelhos, a pregar alfinetes, comentavam que sempre um criado a acompanhava com medo que pegasse fogo ao palácio, porque fumava charuto como um homem. (Brandão, 1997 : 172)

D. Amélia é convertida em retrato caricatural, personagem do folhetim *Soror Amélia*, anunciado em farrapos de cartazes, em que a rainha enverga o hábito de freira. (Brandão, 1998 :42).

De D. Luís, mencionam-se os dinheiros gastos com a amante Rosa Damasceno. (Brandão, 1998 : 177).

São as cenas da família real que há muito deixara de ser benquista pelo seu povo, oferecida ao ridículo através dos pormenores da vida privada, tornada pública. O género memorialístico, que não enjeita o pormenor, o acessório, o fútil e o anedótico, tem estreitas relações com a História quando envereda pelo registo da factualidade.

A memória, seu instrumento, converte-se em última instância, no dizer de Paul Ricœur, na única guardiã de algo que efectivamente ocorreu no tempo. (Ricœur, 2000 :106) Não é, pois, de estranhar que o memorialista possa constituir-se como fonte para o historiador. E Raul Brandão tem-no sido, e não necessariamente pelos momentos em que nas *Memórias* não duvidaremos estar perante páginas de natureza documental.

Acorrem ao texto de forma avulsa cartas, páginas de periódicos nacionais e estrangeiros, manifestos de propaganda republicana e eleitoral, editais, datados logo de 5 de Outubro de 1910, notas de despesa, algumas delas relacionadas com os gastos excessivos da Monarquia, indicações referentes ao preço de bens essenciais, como a alimentação, vestuário, calçado e habitação, sem falar ainda em panfletos de diversa ordem, alguns deles mesmo em verso, como aquele que punha a ridículo Paiva Couceiro, de seu nome *Coplas para cantar à desgarrada o Balancé de Paiva Couceiro*, e cuja venda era apregoada à esquina do Chiado, juntamente com as *Ceroulas de D. Manuel*. (Brandão, 1999 :149)

De mais difícil reconstituição serão, para o historiador, os testemunhos vivos que o memorialista deixa ao longo das suas páginas e que as convertem numa vasta rede de citações, num registo de vozes incontáveis, apanhadas em flagrante, numa conversa, a meio de uma frase. Silva Pinto contado por D. Maria Augusta (Brandão, 1998 : 99); o Alpoim conta (Brandão, 1998 :97); conversa entre o Soveral e o Alarcão (Brandão, 1998 :101); o Marquês de Soveral em conversa com o Alberto Braga, (Brandão, 1998 :111) etc, etc. O memorialista que é Raul Brandão apaga-se frequentemente como sujeito, colhe testemunhos e reproduz diálogos em que, na maior parte das vezes, nem sequer intervém. Mas, afirma ele, a história viva tanto se faz com a verdade como com a mentira e por isso a indeterminação do sujeito através do ‘diz-se’ ou do ‘conta-se’, do ‘corre’, a preceder

muitas das informações postas a circular, constitui amplo recurso nas *Memórias*, numa atmosfera de incertezas como são as deste tempo em Portugal.

Afinal, evidenciara-se logo no primeiro prefácio que :

A mentira, o boato, o que se diz ao ouvido, o que se deturpa, e que tanta força tem, a meada de ódio, de ambição e de interesses, que não cabe na história com H grande, tem o seu lugar num livro como este de memórias despreziosas. (Brandão, 1998 :38-39)

Todos os dias corre um boato entre os finais da Monarquia e o princípio da República e ele é tão célere como os próprios acontecimentos :

A atmosfera é eléctrica. – Isto não pode ser! isto não pode ser! – ouve-se a cada passo. Toda a gente espera acontecimentos. O boato corre de ouvido para ouvido, diz-se por aí que vários oficiais se reúnem no Arco do Bandeira. (Brandão, 1998 :141)

Eis o boato e a necessidade do seu desmentido institucionalizado, tal como o prova um edital de 9 de Outubro de 1910, emanado do Governador Civil de Lisboa, F. Eusébio Leão, onde podemos ler : “ Previne-se o público contra boatos malévolos sobre a existência de frades em casas particulares. ” (Brandão, 1998 : 59)

É também o retrato desta atmosfera, afinal, aquilo que importa ao memorialista que já desde o primeiro prefácio referia a importância das páginas que escreve, as do lixo da História, para a recriação de uma época.

Inumeráveis são as figuras conhecidas e menos conhecidas que concorrem para o estabelecimento desta ambiência. A começar por aquelas que se individualizam no capítulo intitulado “ Sociedade Elegante ” (Brandão, 1998 : 219 – 231) – mescla nascida da antiga nobreza, lembrada nos grandes nomes que ainda no reinado de D. Luís mantinham todo o seu esplendor, a que se juntam agora alguns novos-ricos e aqueles a quem se chamam os ‘fidalgotes’.

O memorialista observa os costumes, cita os nomes das senhoras e os atributos com que chegam às páginas sociais do *Dia* e do *Diário Nacional*. Retrata o ambiente em S. Carlos e em Cascais, desfila intrigas e amores proibidos, põe a nu uma sociedade na qual uns teimam em ascender e outros se esforçam por não decair ainda mais. “ Não havia dinheiro! não havia dinheiro! Descaiam muito os fidalgos, mas obstinavam-se sempre em parecer. ” (Brandão, 1998 :30)

Mas, por entre a sociedade, aqueles a quem Raul Brandão confere verdadeiro destaque são o grupo constituído pelos jornalistas, escritores e artistas. Logo após o prefácio, surge o capítulo com que abre o primeiro

volume, intitulado “ Algumas Figuras ” (Brandão, 1998 : 41-89) ao longo do qual vão desfilando os nomes de jornalistas e escritores como os de D. João da Câmara, Marcelino Mesquita, Bulhão Pato, Fialho de Almeida, Gomes Leal ou Guerra Junqueiro, além dos de Columbano ou de Rafael Bordalo Pinheiro, captados em instantes de convívio, em ditos jocosos, em momentos íntimos e mundanos, na sua generosidade e grandeza, nas pequenas misérias do viver quotidiano.

Constante no retrato de quase todos, é o traço emblemático da figura ou da expressão fisionómica, do comportamento, da indumentária susceptível de se converter em elemento de identificação inequívoca. São as barbas de Guerra Junqueiro; D. João da Câmara, “ olhando por cima das lunetas, e falando baixinho ” (Brandão, 1998 : 109); o chapéu alto de Gomes Leal, Fialho, “ intratável e pobre ”, “ um príncipe de gabinardo ” (Brandão, 1998 : 66); a própria caricatura em que se converte o rosto de Rafael Bordalo Pinheiro quando caricaturiza os outros, ou Columbano, em cujas palavras colhemos os traços do retratado. Algumas destas figuras hão-de voltar a outros volumes. No segundo, nomeadamente, em que a Guerra Junqueiro surgem dedicadas várias páginas, as do capítulo chamado *Os últimos Dias de Junqueiro*, onde em traços desenvolvidos se expande o retrato do sonhador, do satirista, do poeta, do diplomata, de interpelador do Universo, até ao seu último instante de vida, em 1923, coincidente com a datação do registo nas *Memórias*.

A admiração pelo poeta é explicada, entre outros motivos, no passo seguinte :

O Antero estava muito alto, o Oliveira Martins distante e o Eça era irónico. Junqueiro viveu connosco. Todos assistimos à sua vida, em todas as fases; conhecemos-lhe todas as suas aspirações. Soubemos quando quis ser santo e assistimos às suas partidas para a Barca de Alva, com sacos de sulfato. Distribuí por todos nós uma parte do seu prodigioso sonho. Nunca se isolou. Podia-nos ter desdenhado. Nenhum de nós estava à altura do seu génio, nem mesmo da sua bondade. Nunca o fez. Ao contrário, teve para todos, até para os mais humildes, uma boa palavra, um conselho, um prefácio, duas frases amigas. Todos fomos seus camaradas.
(Brandão, 1999 : 195)

No volume III, é a vez de Columbano ser evocado de forma impressiva na sua pobreza e genialidade, a lutar a todo o custo para evitar que a sua obra saia de Portugal; ou Fialho de Almeida, cuja lembrança se revisita na casa natal em Cuba.

O texto não datado com que se encerram as *Memórias* intitula-se o “ Sangue ” Nele se recorda a figura de Sampaio Bruno e como a ele se juntavam vários rapazes, incluindo o próprio narrador, ouvindo-o dissertar sobre o universo, os filósofos e a política. Discorrendo sobre

as causas da decadência da Nação, dizia ele : “ Escusam de procurar... a nossa ruína não vem dos políticos nem do regime. Mudaremos o regime e ficaremos na mesma. O mal é mais profundo – o mal é da raça. ” (Brandão, 2000 : 205)

Contrariando a já distante afirmação que fizera no prefácio ao primeiro volume, de não explicar nada, o narrador envereda ao longo de todo o capítulo por uma extensa reflexão de carácter histórico-filosófico e antropológico para, face à irremediabilidade da mescla em que se converteu o sangue lusitano, concluir que apenas o governo das elites perdidas no areal africano em Alcácer-Quibir poderá evitar a decadência. “ Não *élites* que nos subjuguem – mas *élites* que nos conduzam para a beleza e para a justiça... ” (Brandão, 2000 : 215). A mensagem última das *Memórias* é, pois, a de que o povo português precisa apenas de quem o ajude a encontrar um caminho.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES :

- BRANDÃO, Raul, *Memórias* (edição de José Carlos Seabra Pereira), Tomo I, Lisboa : Relógio de Água Editores, 1998.
 ———, *Memórias* (edição de José Carlos Seabra Pereira), Tomo II, Lisboa : Relógio de Água Editores, 1999.
 ———, *Memórias* (edição de José Carlos Seabra Pereira), Tomo III, Lisboa : Relógio de Água Editores, 2000.
 LEJEUNE, Philippe, *Le Pacte Autobiographique*, Paris : Éditions du Seuil, 1996 (1975).
 RICCEUR, Paul, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris : Éditions du Seuil, 2000.

